PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE 2015
(Do Sr. DANIEL VILELA)

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, para que os recursos arrecadados também possam ser aplicados no reforço da Segurança Pública de municípios que recebem a instalação de estabelecimentos penais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigorar acrescido do inciso XV, com a seguinte redação:

Art. 3º Os recursos do FUNPEN serão aplicados em:

.....
.....

XV – reforço na segurança pública dos municípios em que forem construídos estabelecimentos penais, na forma do regulamento desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Segurança Pública no Brasil passa por um momento de grande dificuldade, e a população está amedrontada. Segundo pesquisa do instituto Datafolha, realizada no ano passado¹, Segurança Pública é a segunda maior preocupação do povo brasileiro, ficando atrás apenas de Saúde, mas à frente de temas como Corrupção, Educação e Desemprego.

Nessa perspectiva, um dos maiores gargalos encontra-se no Sistema Penitenciário. O número de pessoas presas no Brasil é, atualmente, de quase 600 mil. Com isso, nosso País alcança posição de “destaque” entre aqueles que mais encarceram no mundo: está em 4º lugar, ficando atrás somente de Estados Unidos, China e Rússia.

Sabe-se, ainda, que o déficit de vagas no Sistema Carcerário ultrapassa 220 mil², o que demanda a construção urgente de novos presídios. Esse fato, por sua vez, causa um novo problema: encontrar municípios que aceitem a instalação de penitenciárias em seu território.

A recusa de municípios em receber estabelecimentos penais, no entanto, não é desprovida de fundamentos. São de conhecimento público os problemas que esse tipo de empreendimento pode causar: aumento de índices de criminalidade, aumento da sensação de insegurança da população local, possibilidade de motins, rebeliões etc. Assim, não são raras as manifestações dos munícipes contra o recebimento de presos.

Dessa maneira, a presente proposição tem como objetivo amenizar a resistência dos municípios em relação à construção de estabelecimentos penais em seu território, contribuindo, assim, para a diminuição do déficit do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Com a alteração aqui proposta, os valores arrecadados pelo Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (criado pela Lei Complementar 79, de 7 de

¹Pesquisa registrada na Justiça Eleitoral com o código BR 00064/2014.

²Números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014.

janeiro de 1994) poderão ser utilizados para reforçar efetivos policiais, compra de equipamentos e de viaturas, entre outras vantagens, contribuindo para maior segurança dos munícipes.

Assim, este Deputado, com base nos fundamentos acima transcritos, pede a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

**Deputado DANIEL VILELA
PMDB/GO**